

SOMBRA E LUZ
VISÕES ANARQUISTAS SOBRE O(S) FASCISMO(S), IMPRENSA LIBERTÁRIA
E INTELLECTUAIS ENTRE O BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA (1921-1945)

SHADOW AND LIGHT: ANARCHIST VIEWS ON FASCISM(S), LIBERTARIAN PRESS,
AND INTELLECTUALS IN BRAZIL, URUGUAY, AND ARGENTINA (1921-1945)

Kauan Willian dos Santos¹

Palabras clave	Resumen
Antifascismo, Anarquismo, Movimento operário	Este artigo tem como objetivo analisar as perspectivas anarquistas sobre o fascismo, com foco nas reflexões de intelectuais, militantes e periódicos que circulavam entre Brasil, Argentina e Uruguai. Para os anarquistas, a análise do fascismo passava pela dimensão econômica, abrangendo também as formas políticas de dominação (Estado), assim como suas expressões ideológicas e religiosas. Duas intelectuais de destaque nesse debate foram Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri, que transitaram por essas regiões e se tornaram referências não apenas nas Américas, mas também no cenário global ao analisar o fascismo. Entre os periódicos de maior impacto no movimento operário da época, que abordavam o tema do fascismo, destacam-se <i>La Protesta</i> (Argentina), <i>Studi Sociali</i> (Uruguai-Argentina) e <i>A Plebe</i> (Brasil), todos com conexões internacionais. O artigo, primeiramente, contextualiza o movimento operário nesses países e a presença do anarquismo nesse processo. Em seguida, explora as trajetórias e análises desenvolvidas pelas intelectuais e pela imprensa libertária nesse período.
Recibido 17-3-2025 Aceptado 17-7-2025	
Key words	Abstract
Antifascism, Anarchism, Labor movement	This article aims to analyze anarchist perspectives on fascism, focusing on the reflections of intellectuals, activists, and periodicals that circulated between Brazil, Argentina, and Uruguay. For anarchists, the analysis of fascism encompassed the economic dimension, as well as political forms of domination (the State), along with its ideological and religious expressions. Two prominent intellectuals in this debate were Maria Lacerda de Moura and Luce Fabbri, who moved through these regions and became key references not only in the Americas but also on a global scale about their analyses of fascism. Among the most influential periodicals in the labor movement of the time that addressed the issue of fascism were <i>La Protesta</i> (Argentina), <i>Studi Sociali</i> (Uruguay-Argentina), and <i>A Plebe</i> (Brazil), all of which had international connections. The article first contextualizes the labor movement in these countries and the presence of anarchism in this process. It then explores the trajectories and analyses developed by these intellectuals and the libertarian press during this period.
Received 17-3-2025 Accepted 17-7-2025	

1 Universidade Federal de São Paulo / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil. C. e.: kauanwillian09@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A onda do fascismo aumenta assustadoramente e apresenta-se sob várias cores: vermelha, preta, parda, azul, oliva e não se sabe quantos matizes mais ainda aparecerão. A plutocracia internacional está solidariamente unida para jugular todos os anseios de liberdade que os novos 'Prometeus' ousem acalentar.

A Plebe, 27 maio de 1933, p. 3

Em maio de 1933, o periódico anarquista *A Plebe*, publicado na cidade de São Paulo, trouxe em suas páginas um artigo intitulado “Sombra e Luz”. Na análise dos militantes libertários, o fascismo, ainda que apresentasse particularidades em cada país, era entendido como um fenômeno de alcance global. Buscavam evidenciar esses “movimentos de reação” como uma sombra nefasta que se contrapunha à luz dos “ideais [de] redenção humana” (*A Plebe*, 27 de maio de 1933, p. 3), simbolizados pelos movimentos progressistas e revolucionários.

De fato, após a Primeira Guerra Mundial, o surgimento dos fascismos e dos corporativismos impôs grandes desafios às esquerdas. Muitos grupos perderam suas bases sociais em decorrência da intensa repressão e das transformações políticas e econômicas do período, o que levou parte da militância a uma mudança radical de ideologia, inclusive com adesões a correntes reacionárias. Nesse contexto, formaram-se diversas frentes antifascistas, embora, em outras situações, os grupos de esquerda tenham se distanciado significativamente entre si. As divergências se expressaram em debates acalorados sobre as origens dos fascismos, as estratégias e as táticas políticas e sindicais para enfrentá-los, bem como sobre os projetos de transformação da realidade, que variavam entre propostas reformistas e revolucionárias (Toledo 2004, pp. 335-383).

Entre os principais intelectuais que interpretaram o fascismo (vivendo com este fenômeno), destacam-se o italiano Antonio Gramsci, o francês Daniel Guérin e o jurista soviético Evgeni Pachukanis. Gramsci enfatiza o caráter reacionário do fascismo, surgindo como resposta das burguesias e de determinados setores da pequena burguesia à Revolução Russa e à crise desencadeada pela Primeira Guerra Mundial (Fresu 2019). Guérin, por sua vez, identifica o fascismo como um fenômeno enraizado no ressentimento da pequena burguesia, que ora é mobilizada e disputada pela burguesia global. Para ele, o fascismo não pode ser derrotado dentro dos jogos políticos da democracia burguesa (Guérin 2021). Já Pachukanis não se limita a explicar o fascismo apenas como o “fruto do estágio imperialista do desenvolvimento capitalista”. Seu interesse recai sobre as razões que levam a burguesia a abandonar suas formas políticas tradicionais, as quais, segundo ele, acabam por expressar um estágio de “estagnação, parasitismo e decadência” (Pachukanis 2020, p. 53).

Além das obras intelectuais, o debate sobre o fascismo também circulava amplamente nos periódicos e na imprensa operária, principal espaço de discussão entre as correntes socialistas e sindicalistas da época. No Brasil, por exemplo, João Fábio Ber-

tonha analisa os embates, ainda na década de 1920, entre os socialistas antifascistas Francesco Frola e Antonio Piccarolo. Segundo Bertonha, Piccarolo seguia a “visão tradicional do Partito Socialista Unitario, que identificava o fascismo como um acidente histórico”, enquanto Frola discordava dessa perspectiva, argumentando que o fascismo deveria ser compreendido “como um fenômeno de classe” (Bertonha 2023, p. 100).

Na Argentina, Ricardo Pasolini aborda como esses debates não se limitaram às redes intelectuais, mas também adentravam e construíam diversos espaços de sociabilidade como “ateneos culturales, redes de solidaridad intelectual, comités de ayuda, centros antirracistas, etc.” onde “los intelectuales pudieran intervenir en el campo ideológico y político” (Pasolini 2013, p. 21). Em diversos países, os debates entre as correntes de esquerda –e no interior delas – eram acirrados, se expressando em vários espaços. Nesse aspecto, a bibliografia recente destaca também a análise anarquista sobre os fascismos em uma perspectiva transnacional ou comparada (Pasolini 2012).

Mesmo após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, com o declínio do anarquismo em várias nações, os anarquistas, em outros casos, ainda mantinham uma influência significativa no movimento operário e na organização de grupos antifascistas. Antes do irrompimento da Segunda Guerra Mundial, muitos anarquistas já acompanhavam de perto a ascensão do fascismo desde seus primórdios e buscavam combatê-lo. Para isso, utilizavam suas redes étnicas e políticas transnacionais, fundamentadas em um internacionalismo prático. Esse caráter transnacional sempre esteve presente na construção do anarquismo, refletindo seu compromisso com a superação de fronteiras e a conexão entre militantes ao redor do mundo. Para João Bertonha,

[...] partindo de alguns núcleos centrais, como Paris, Nova York e Buenos Aires, o antifascismo anarquista mantinha núcleos de certa importância em locais como São Paulo, Genebra, Túnis, Windsor e Sidney e pequenos núcleos e/ou militantes isolados espalhados por todo o território de emigração italiana. Esses núcleos se interligavam entre si através da circulação de militantes, correspondência, jornais e notícias. Essa rede anarquista se conectava, por sua vez, à rede antifascista italiana mundial, de onde, mesmo com imensos contrastes e disputas, recebia energia e apoio para continuar sua luta mesmo quando as condições internas não eram favoráveis. Tal transnacionalismo é uma característica relevante do combate antifascista italiano, que revela que a ideia da globalização da política estava presente entre os antifascistas italianos já nos anos 20 e 30 (e mesmo antes) e que deve ser ressaltado. (Bertonha 2021, p. 272)

Este artigo tem como objetivo analisar as perspectivas anarquistas sobre o fascismo, focando nas reflexões de intelectuais, militantes e periódicos que circulavam entre Brasil, Argentina e Uruguai. Para os anarquistas, a análise do fascismo passava pela dimensão econômica, abrangendo também as formas políticas de dominação (Estado), assim como suas expressões ideológicas e religiosas. Duas intelectuais de destaque nesse debate foram Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri, que transitaram por essas regiões e se tornaram referências não apenas nas Américas, mas também no cenário global ao analisar o fascismo. Entre os periódicos de maior impacto no movimento operário da época, que abordavam o tema do fascismo, destacam-se *La Protesta* (Argentina), *Studi Sociali* (Uruguai-Argentina) e *A Plebe* (Brasil), todos com conexões

internacionais. O artigo, primeiramente, contextualiza o movimento operário nesses países e a presença do anarquismo nesse processo. Em seguida, explora a trajetória e as análises desenvolvidas pelas intelectuais e pela imprensa libertária nesse período.

MOVIMENTO OPERÁRIO, IMPRENSA E INTELECTUAIS ANTIFASCISTAS E ANARQUISTAS

Entre 1917 e 1921, Argentina, Brasil e Uruguai vivenciaram um ciclo inédito de greves e manifestações, impulsionado pela consolidação do sindicalismo de ação direta, já presente na região desde o final do século XIX. Esse período foi igualmente marcado pela influência de novos elementos, como os impactos econômicos da Primeira Guerra Mundial e o efeito catalisador da Revolução Russa, com a consequente ascensão do bolchevismo (Ferreira 2020, Toledo 2017).

Diante desse cenário, as classes dominantes reagiram com repressão. O aparato policial foi amplamente utilizado para desarticular organizações sindicais, censurar jornais, prender lideranças, reprimir protestos e, em alguns casos, criar prisões ou colônias penais voltadas para presos políticos (Samis 2019 e Porrini 2018). Paralelamente, ocorreu uma reorganização do trabalho e das estruturas sindicais, que, embora absorvesse algumas reivindicações, buscava manter o controle sobre as formas de resistência operária. O historiador Fernando Sarti Ferreira analisa esse contexto na Argentina, mas suas observações também se aplicam, em certa medida, ao Brasil e ao Uruguai. Para ele,

[...] a derrota dos movimentos mais radicais e o enquadramento dos trabalhadores na ordem reestabelecida foi possível por meio da repressão, da institucionalização de uma série de demandas e pela reestruturação produtiva operada pela mecanização e pela difusão dos “preceitos da organização científica do trabalho. (Ferreira 2020, p. 6)

Na década de 1930, esses países, assim como muitos outros ao redor do mundo, foram fortemente influenciados pelo nacional-estatismo e pelo corporativismo, adotando, em diferentes graus, elementos do fascismo. No Brasil, o golpe de Getúlio Vargas; na Argentina, o de José Félix Uriburu; e, no Uruguai, o de Gabriel Terra, representam, cada um com suas particularidades, um momento de ascensão do Estado como força central na economia, na política e na sociedade (Pinto & Martinho 2016). Esse cenário reflete não apenas o declínio do liberalismo clássico, mas também uma transformação na forma de governabilidade das elites dominantes em escala global.

Esse período foi marcado por intensas transformações e desafios para militantes, ativistas e jornalistas ligados ao movimento operário e sindical em diversas partes do mundo, levando à reconfiguração de suas organizações e estratégias. Na Argentina, a poderosa Federación Obrera Regional Argentina (FORA), uma das maiores centrais sindicais das Américas, sofreu uma cisão em 1915. De um lado, permaneceram os anarcossindicalistas, alinhados ao anarquismo; do outro, os sindicalistas revolucionários, que adotavam uma estratégia combativa, mas sem uma vinculação explícita à ideologia libertária. Com o tempo, a influência da primeira foi diminuindo, enquanto a

segunda se dissolveu em 1922 para dar origem à Unión Sindical Argentina (USA). Essa nova organização posteriormente participou da fundação da Confederación General del Trabajo (CGT), na qual socialistas e comunistas ganharam cada vez mais espaço e influência (Ceruso 2018).

No Uruguai, em 1927, comunistas e socialistas fundaram o Block de Unidad Obrera dentro da Unión Sindical Uruguaya (USU). Posteriormente, esse grupo protagonizou uma cisão na Confederación General del Trabajo del Uruguay (CGTU), de orientação comunista, disputando espaço com a Federación Obrera Regional Uruguaya (FORU) (Porrini 2018).

No Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB) passou por um processo de desestruturação, restando apenas alguns polos de atuação, dominados principalmente por setores libertários, como a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e a Federação dos Núcleos Antipolíticos de Porto Alegre. Nesse cenário, os anarquistas enfrentaram inúmeros desafios para expandir suas ideias e práticas. Além da concorrência com o Partido Comunista, alinhado à Comintern, que atraiu muitos antigos militantes libertários para suas fileiras, havia também o avanço do sindicalismo reformista, de movimentos de camadas médias e do corporativismo sindical oficializado, que restringiam ainda mais o espaço para a militância anarquista (Batalha 2022).

Embora seja inegável o declínio dessa corrente política no período, estudos recentes contestam a ideia de que o anarquismo havia desaparecido ou se ausentado das lutas operárias e sindicais. No período entreguerras até o fim da Segunda Guerra Mundial, as ações das organizações e os agentes anarquistas gravitaram em torno “das revoluções contra o imperialismo e a resistência em duas frentes, ao fascismo e ao bolchevismo” (Corrêa 2012, p. 228). Nesse ínterim, numa perspectiva global, podemos citar a Federação Anarquista do Leste, formada por militantes japoneses, coreanos e chineses, que construiu a Comuna de Shimin (1929-1932). Houve também os esforços para criar a Associação Continental Americana dos Trabalhadores (ACAT), fundada em 1929, que buscou organizar anarquistas e sindicalistas revolucionários de vários países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Na Bulgária, a Federação dos Anarco-Comunistas (FAKB) desenvolveu experiências no campo do sindicalismo, cooperativas e guerrilhas, entre 1920 e 1940. No norte da África, em 1929, entre as conexões entre franceses e argelinos, houve a criação do Comitê para a Defesa dos Argelinos contra as Provocações do Centenário, um movimento de libertação nacional com atuação anarquista, como de Sail Mohamed. Envolvidos também na construção antifascista, entre diversos grupos partisanos, Felipe Corrêa afirma que “entre 1941 e 1944, uma poderosa guerrilha anarquista combateu o fascismo, aliando-se à Frente Patriótica na organização da insurreição de setembro de 1944, contra a ocupação nazista” (Corrêa 2012, p. 230). No campo da propaganda, embora muitos jornais tenham encerrado suas atividades, outros órgãos libertários mantiveram-se ativos, como *La*

Protesta na Argentina, *Freedom* e *Vanguard* na Inglaterra, *Jingzhe* na China, entre outros (Hirsch & Van der Walt 2010).

Nos países analisados neste artigo, a intensificação dos métodos repressivos e da intervenção corporativista ao longo da década, aliada ao fortalecimento dos nacionalismos de massa nos anos 1930 e 1940, impactou diretamente os movimentos comunistas e socialistas. Como resposta, formaram-se frentes antifascistas, que redefiniram a perspectiva das esquerdas e muitas vezes demandaram a participação de correntes libertárias e do sindicalismo revolucionário. Neste processo, além das organizações sindicais e políticas de aglutinação, como a Frente Única Antifascista (FUA) e a Aliança Nacional Libertadora (ALN) no Brasil, surgiram também grupos intelectuais que buscavam influenciar o debate público e ocupar espaços culturais e associativos. Na Argentina, destacou-se a *Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores* (AIAPE), que posteriormente teve uma organização homônima no Uruguai. No Brasil, iniciativas como o Centro de Defesa da Cultura Popular (CDCP) e o Clube de Cultura Moderna (CCM) também desempenharam um papel significativo nesse contexto. Para Ângela Meirelles de Oliveira,

[...] o fomento das atividades culturais assumiu, nessa conjuntura, o caráter de contra-propaganda frente à disseminação das ideologias autoritárias e fascistas. As associações criadas pelos intelectuais contribuíram para a renovação da atmosfera artística em seus países, por meio da inserção de novos artistas plásticos, renovação da crítica e pressão para a ampliação dos espaços públicos de promoção das artes. (Oliveira 2012, p. 55)

Nesse ínterim, diversas revistas e periódicos disseminavam disseminando a voz dos intelectuais e militantes antifascistas, como *La Difesa*, *Alerta*, *Contra-Fascismo*, *Frente Popular*, *Señales*, *Claridad*, *Argumentos*, *Dialéctica*, *Unidad y Nueva Revista*, *O Homem Livre* e muitos outros. Esses organismos também sofriam constantes perseguições, ainda assim, pensadores e propagandistas como Manuel Ugarte, Ernesto Giudici, Aníbal Ponce, Alberto Gerchunoff, Edmundo Guibourg, Nydia Lamarque; Alvaro Yunque; Liborio Justo, Amadeu Amaral Jr., Roquette-Pinto, Bertha Lutz, Carlos Lacerda e outros puderam circular e alastrar ideias contra os regimes corporativistas ou autoritários (Pasolini 2013, pp. 39-45).

No Brasil, anarquistas, como José Oiticica, Edgard Leuenroth e Maria Lacerda de Moura, participaram ativamente de organizações, como o Centro de Cultura Social (CCS), o Centro Libertário Terra Livre, o Grupo Livre de Ação Social (Pernambuco) e o Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, entre outros. Além disso, reativaram periódicos como *A Lanterna* e *A Plebe*, sempre em estreita conexão com a militância sindical (Azevedo 2022, pp. 316-327). Na Argentina, publicações como *La Protesta*, *La Antorcha* e *Organización Obrera*, além das revistas *Nervio*, *Hombre de América* e *Solidaridad Obrera*, tiveram significativa circulação, impulsionadas por militantes, como Diego Abad de Santillán, Rodolfo González Pacheco e Juan Corral. Nesse período, também foram fundadas diversas editoras anarquistas, como Reconstruir, Américalee, Imán,

Tupac e Argonauta (Bordagaray 2012). Em 1935, um esforço organizativo voltado à articulação política e à integração das atividades culturais, sociais e sindicais resultou na criação da Federación Anarco Comunista Argentina (FACA). No Uruguai, consolidaram-se ou foram estabelecidos novos espaços libertários, como o Centro de Estudios Sociales del Paso del Molino, La Casa de los Libertarios e o grupo Juventudes Libertarias. No meio estudantil, a luta anarquista teve forte impacto com a criação da Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), que se tornou um importante polo de mobilização. Ao longo da década de 1940, o anarquismo ampliou sua atuação, fortalecendo a resistência estudantil e sindical, especialmente no contexto da repressão política e, posteriormente, com o fim da ditadura de Gabriel Terra (Porrini 2013).

A partir disso, a bibliografia recente destaca a participação anarquista no processo de constituição do antifascismo global. Ao analisar as figuras libertárias no mundo anglófono, essenciais para o antifascismo, Nigel Copsey destaca que

[...] nos EUA, foi Carlo Tresca; no Canadá, Attilio Bortolotti; na Grã-Bretanha, Emidio Recchioni; e na Austrália, Francesco Carmagnola. O fato de todos os quatro serem de persuasão anarquista/anarcossindicalista problematiza ainda mais as confusões (revisionistas) do antifascismo do entreguerras com o stalinismo. (Copsey 2021, p. 25)

MARIA LACERDA DE MOURA, LUCE FABBRI E OS PERIÓDICOS ANARQUISTAS

Maria Lacerda de Moura foi uma das mais proeminentes intelectuais anarquistas de seu tempo, destacando-se entre escritores e militantes do período. Nascida em 1887 em Manhuaçu, no estado de Minas Gerais, ela era filha de uma família espírita e anticlerical, o que proporcionou seu contato com ideias racionalistas e influenciou sua formação intelectual. Educada pela Escola Normal de Barbacena, Maria Lacerda teve acesso desde jovem a uma rica variedade de jornais, livros e opúsculos provenientes de pensadores libertários e racionalistas, como Sébastien Faure e Francisco Ferrer y Guardia, além de feministas, como Maria Montessori. Após sua formação, Maria Lacerda de Moura tornou-se diretora do Pedagogium, onde se dedicou ao combate ao analfabetismo e à alfabetização de jovens e adultos em sua cidade natal. Além disso, realizava conferências sobre educação, o que culminou na publicação de seu primeiro livro, *Em Torno da Educação*, em 1918. Nesse período, também passou a colaborar com a imprensa local, estabelecendo contato com jornalistas e militantes de diversas orientações ideológicas, de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Em 1919, durante uma visita do militante José Oiticica à sua cidade, Maria Lacerda de Moura se interessou profundamente pelos ideais anarquistas e iniciou seu contato com o movimento operário. Em 1921, mudou-se para São Paulo, onde passou a colaborar com a imprensa operária e anarquista, como os periódicos *O Trabalhador Gráfico* e *A Plebe*. Também foi convidada para escrever em jornais operários e da grande imprensa do país, como *O Ceará*, onde se destacou ao abordar o papel transformador

da educação e fez contribuições importantes para o feminismo, o socialismo e o anarquismo (Rago 2012, p. 55).

Maria Lacerda de Moura travou um embate com as teses higienistas da época, defendidas por pensadores, como o italiano Cesare Lombroso e o português Miguel Bombarda, que buscavam justificar, de forma pseudocientífica, a inferioridade biológica da mulher e sua suposta falta de racionalidade. Em 1924, como resposta a essas teorias reducionistas, Maria Lacerda de Moura publicou o livro *A Mulher é uma Degenerada*. Nessa obra, refutou de maneira incisiva essas visões patologizantes, argumentando que a opressão das mulheres não decorria de uma inferioridade biológica, mas sim de estruturas sociais que as mantinham subjugadas. Além de sua atuação nesse debate, a autora foi uma importante defensora do amor livre e dos direitos sexuais e reprodutivos. Sua produção literária incluiu obras, como *Religião do Amor e da Beleza*, *O Amor Plural* e *Amai e Não Vos Multipliqueis*, nas quais aprofundou suas reflexões sobre liberdade sexual e emancipação feminina (Mendes 2018 pp. 9-16).

Entre 1928 e 1937, viveu em uma comunidade agrícola na cidade de Guararema, no interior de São Paulo, junto a outros anarquistas que fugiam da repressão. Esse foi o período mais produtivo de sua vida, tanto em termos de escrita quanto de atuação política. Durante esses anos, colaborou semanalmente com o jornal *O Combate*, de São Paulo, e expandiu sua militância para além das fronteiras brasileiras. A convite de instituições educacionais antifascistas, proferiu conferências no Uruguai e na Argentina, onde também se encontrou com Luiz Carlos Prestes, então exilado em Buenos Aires. No Brasil, realizou conferências pacifistas e liderou campanhas antifascistas em cidades, como São Paulo, Santos, Campinas e Sorocaba (Rago 2012). Seus escritos antifascistas circularam amplamente em diversos países, destacando-se obras como *Clero e Fascismo – Horda de Embrutecedores!* e “Fascismo – Filho Dileto da Igreja e do Capital”. Além disso, manteve colunas em diversos jornais e revistas, reforçando sua atuação na luta contra a opressão e a propagação do pensamento libertário.

Outra pensadora de destaque foi Luce Fabbri. Nascida em Roma, em 1908, era filha de Luigi Fabbri e Blanca Sbriccoli, ambos militantes anarquistas italianos. Em 1928, formou-se como doutora em Letras pela Universidade de Bolonha, com uma tese sobre Élisée Reclus e a Comuna de Paris. No ano seguinte, com a ascensão do fascismo na Itália, exilou-se no Uruguai junto com seus pais e seu irmão. Em Montevideu, destacou-se como pioneira no ensino de grego e latim e por seus estudos sobre Dante Alighieri e Leopardi. No início da década de 1930, passou a editar a revista *Studi Sociali* ao lado de seu pai, Luigi Fabbri, garantindo ampla circulação do periódico na Argentina e no Uruguai. Após o falecimento de Luigi, em 1935, assumiu sozinha a direção da publicação, consolidando-a como um importante veículo do pensamento anarquista (Rago 2012, pp. 56-58).

Ainda em 1935, aprofundou sua análise sobre o fascismo na obra *Camisas Negras*, reunindo palestras que havia proferido em Rosário de Santa Fé em 1933. Entre as décadas de 1930 e 1940, produziu uma série de livros fundamentais para a reflexão liber-

tária, como *Antología de la revolución española, Gli anarchici e la rivoluzione spagnola, La libertà nelle crisi rivoluzionarie e El totalitarismo entre las dos guerras*. Na década de 1960, ela sistematizou suas análises sobre o fascismo no opúsculo *El fascismo, definición e historia* (Fabbri 2019). Seus escritos circulavam não apenas entre os anarquistas, mas também entre antifascistas de diferentes vertentes. Um exemplo disso é a resenha de *Camisas Negras*, publicada em 1935 no semanário parisiense *Giustizia e Libertà*, dirigido pelo socialista Carlo Rosselli (Aldrichi 1996).

Luce Fabbri também circulou ativamente pelo Cone Sul, sendo amplamente lida e difundindo suas ideias no Brasil. A historiadora Margareth Rago destaca que Maria Lacerda de Moura chegou a presentear Luce Fabbri com sua obra *Clero e Fascismo*, por intermédio da amiga argentina Concepción Fernández, estabelecendo contato a partir desse momento (Rago 2012, p. 56). Além disso, Fabbri manteve relações com importantes figuras do anarquismo brasileiro, incluindo os editores do jornal *A Plebe*, como Edgard Leuenroth, fortalecendo ainda mais os laços entre os movimentos libertários do Brasil, Uruguai e Argentina.

No que diz respeito aos periódicos que analisaram o fenômeno fascista no período, destacam-se *La Protesta* (Argentina), *Studi Sociali* (Uruguai-Argentina) e *A Plebe* (Brasil).

O *La Protesta* teve sua origem como *La Protesta Humana*, fundado em 13 de junho de 1897, em Buenos Aires, por um grupo de trabalhadores militantes sindicais e anarquistas. Nos primeiros cinco anos, foi dirigido pelo marceneiro espanhol Gregorio Inglán Lafarga, que também escreveu para *El Perseguido* e fundou o jornal *La Revolución*. Com o objetivo de impulsionar a F.O.R.A., o *La Protesta* tornou-se um dos mais longevos periódicos anarquistas, mantendo-se ativo até a segunda década deste século, embora com algumas interrupções prolongadas ao longo de sua trajetória. Inicialmente, o jornal era publicado em quatro páginas, mas foi se expandindo e contava com edições suplementares, escritas em língua espanhola. Apesar dos esforços para se tornar um diário, passou a ser publicado com periodicidade mensal em determinados períodos. Ao longo dos anos, o *La Protesta* consolidou-se como um dos principais veículos de divulgação do pensamento anarquista na América Latina (Cunha 2019, p. 244-247).

O jornal *A Plebe* teve sua primeira edição publicada em 9 de junho de 1917 e circulou oficialmente até o início da década de 1950, ressurgindo de forma irregular em períodos posteriores, inclusive nos tempos atuais. Lançado aos sábados na cidade de São Paulo, escrito em português, costumava ter quatro páginas, embora, em ocasiões especiais, sua extensão fosse ampliada. Apesar de alcançar ampla distribuição –atingindo uma tiragem de até dez mil exemplares durante a greve geral de 1917 –, sua trajetória foi marcada por desafios constantes. Além das dificuldades financeiras, já que era sustentado pelo esforço voluntário de seus colaboradores, o jornal enfrentava frequentes episódios de repressão policial. Ao longo de sua existência, *A Plebe* consolidou-se como um dos periódicos anarquistas de maior circulação no Brasil e também no exterior. Durante a década de 1930, esteve fortemente ligado à Federação Operária de São Paulo e contou com a atuação de militantes, como Edgard Leuenroth e Ro-

dolpho Felipe, tornando-se um veículo essencial na difusão das ideias libertárias e na articulação do movimento operário (Silva 2005, pp. 57-62).

A revista *Studi Sociali*, como mencionado anteriormente, esteve ligada aos militantes Luigi Fabbri e Luce Fabbri, sendo publicada em Montevideu a partir de 1930 e distribuída em Buenos Aires por José Berenguer. Inicialmente, contava com oito páginas, mas posteriormente expandiu-se para um caderno de até trinta e quatro páginas, escritas majoritariamente em italiano. Embora tivesse a intenção de ser uma publicação mensal, enfrentava dificuldades para manter sua regularidade, sendo publicada até 1946. A revista *Studi Sociali* buscava estabelecer contato com núcleos anarquistas em diversas partes do mundo, especialmente entre comunidades italianas, mantendo vínculos com militantes no Chile, Argentina, Itália e Estados Unidos (Aldrich 1997). Seu conteúdo abordava temas políticos, sociais e filosóficos, consolidando-se como um importante veículo de difusão do pensamento anarquista no período (Rago 2012, pp. 56-57).

VISÕES ANARQUISTAS SOBRE O(S) FASCISMO(S)

Como enfatiza Bruno Lima Rocha (2014), podemos observar a crítica anarquista diante da realidade pela “interdependência de três esferas” de dominação. A primeira, a “esfera econômica”, [...] abarca produção, distribuição e consumo dos bens de uma sociedade determinada; os meios materiais de existência dos homens e mulheres; os sistemas de trocas e suas estruturas”. A segunda, a “esfera associada política/jurídica/militar” está relacionada “aos níveis gerais de decisão numa sociedade; é o nível que analisa os partidos, governos, organismos macro do Estado e das forças sociais organizadas (grupos, organizações, dentro do institucional, partidos políticos)”. A terceira, a esfera “cultural/ideológica” está associada às atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Envolve conhecimentos, arte, moral, costumes e hábito” (Rocha apud Corrêa 2015, p. 111-112). Nesse sentido, muitos anarquistas compreendem essas esferas como profundamente interligadas, mas não como simples reflexos automáticos umas das outras, como frequentemente se assume no caso da economia, por exemplo. Daí emerge a noção de “interdependência”. Embora alguns anarquistas tenham, em certos momentos, priorizado uma esfera em detrimento de outra, o anarquismo, de forma geral, buscou compreender a confluência e a dinâmica entre elas. Felipe Corrêa expressa essa perspectiva ao afirmar que “o anarquismo é uma ideologia socialista revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e uma defesa da autogestão” (Corrêa 2012, p. 79).

No caso das análises contidas nas obras e documentos abordados, os militantes anarquistas dedicavam-se a analisar a confluência entre as dominações econômica, política e religiosa, porém, algumas vezes, atribuindo, conforme o periódico ou a obra em questão, maior ênfase a uma dessas esferas.

De todo o modo, na maioria das análises, o fascismo era interpretado como uma reação das burguesias de diferentes países que, para “manter a ordem”, recorriam a medidas destinadas a suprimir “todas as tendências de progresso e melhorias sociais despertadas pelas massas trabalhadoras”, como ressaltou o periódico *A Plebe*. Assim, “o fascismo traz ao mundo capitalista uma solução para a sua crise orgânica [...]: economicamente uma série de fórmulas; politicamente, um autoritarismo máximo” (*A Plebe*, 10 jun. 1933, p. 3). Para Luce Fabbri, intimamente ligado aos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, “o fascismo emergiu contra o socialismo e a liberdade, surgindo como contrarrevolução preventiva. À foice e ao martelo, o fascismo contrapôs o facão e a caveira, em desafio consciente.” (Fabbri 2019, p. 12).

Nesse sentido, o fascismo, para os anarquistas, não era uma exceção de alguns países, mas estava intimamente conectado com os interesses de classe, destacando uma tendência das burguesias em todo o mundo. Nesse sentido, consideravam que “a guerra é a afirmação da miséria moral e da falência econômica-política do regime burguês” (*A Plebe*, São Paulo, 10 jun. 1933, p. 2).

Para a revista *Studi Sociali*, “o fascismo italiano tentou, e ainda tenta, inserir-se no jogo da reação capitalista geral”. Analisando a trajetória dessa visão, Clara Aldrich analisa que Luigi e Luce Fabbri tentavam mostrar para seus conterrâneos e outros antifascistas que o fascismo não era um fenômeno tipicamente italiano mas “fruto de la violencia y la barbarie de la guerra.” (Aldrich 1997, p. 407).

A revista, porém, advertia que o fascismo não era um alongamento natural, uma simples “evolução histórica” mas “um fator de reação” (*Studi Sociali*, 10 jan. 1932, p. 1), portanto com características próprias em alguns países, como no caso da análise da Itália pela revista. Para Luce Fabbri, no caso alemão, as burocracias alocadas ao Estado nazista também começaram a ter tanto poder quanto as burguesias nacionais ou globais, inclusive disputando poderes, pois “não tendo impulso próprio em uma sociedade destruída pela guerra e em um processo de transformação rápida, desorganizada e violenta, esses grupos recorrem ao terror contra seus adversários, recorrem ao irracional para ganhar adeptos” (Fabbri 2019, p. 22).

Dessa forma, a maioria dos anarquistas da época, incluindo as fontes consultadas, buscava enfatizar não apenas a questão econômica, mas também a dominação política, o militarismo e os patriotismos exacerbados pela crise do liberalismo como fatores fundamentais para a consolidação do fascismo. Essa perspectiva também servia como chave de interpretação para os conflitos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, evidenciando a inter-relação entre esses elementos na ascensão das expressões fascistas. Para eles, “essa febre do nacionalismo que agora está convulsionando os Estados de todos os países leva fatalmente ao delírio da guerra, como está acontecendo na Itália e na Alemanha, onde a exploração do patriotismo [...] se tornou obrigatória” (*A Plebe*, 14 set. 1935, p. 1).

Nesse cenário, o fascismo não era uma reação das pequenas burguesias ou dos camponeses, mas representava um mecanismo de subjugação dessas classes – assim como da classe trabalhadora em geral – à lógica nacionalista. Esse processo beneficiava tanto

os interesses das burguesias quanto dos grupos burocráticos vinculados ao Estado. Assim, “em todos os lugares, o fascismo não só se tornou capaz de apresentar-se como a expressão mais completa da paixão nacional agressiva e ressentida, mas também conseguiu mobilizar grandes contingentes juvenis, facilmente seduzidos por essa vazia vontade coletiva de poder que é o nacionalismo” (Fabbri 2019, p. 12).

Conectando a esfera econômica com a esfera política/jurídica/militar, os anarquistas também puderam analisar os fascismos como próximos da lógica do imperialismo e do racismo. Luce Fabbri defendeu que “ambas as paixões, a nacionalista e a racista, que são impulso cego, irracional, envoltas de inveja e de ódio, estão entrelaçadas intimamente com as raízes mais profundas do nazifascismo, essas raízes ultrapassam e cruam o classicismo capitalista” (Fabbri 2019, p. 20). Diversos grupos anarquistas, ainda em 1935, acompanhavam a guerra da Itália sob o regime de Mussolini contra a Etiópia. Os redatores alertavam que o conflito e a ocupação trariam prejuízos não apenas ao povo etíope, mas também à classe trabalhadora italiana e mundial, podendo ocasionar um conflito global. Para a revista *Studi Sociali*, “uma guerra colonial apresenta mais ou menos as mesmas desvantagens que qualquer outra guerra, do ponto de vista revolucionário”, desse modo, “o esforço popular deve ser uma verdadeira e própria revolução” (*Studi Sociali* 08 abr. 1935, p. 1-2).

Além disso, muitos dos militantes libertários ressaltavam a dominação religiosa, especialmente a exercida pela Igreja Católica, descrita como tendo na “consciência do homem” o seu principal “campo de ação”. Nesse contexto, eram frequentemente criticadas as ações jesuíticas, que, segundo os anarquistas, consolidavam a dominação clerical, enquanto estagnavam e reprimiam “a liberdade de pensamento, que é a emancipação do espírito.” (*A Lanterna*, 2 jul. 1933, p. 2). Os anarquistas não apenas denunciavam as castas eclesiásticas e suas conexões com os governos fascistas, mas também destacavam a dominação religiosa como um elemento crucial para a propagação de ideias autoritárias e hierárquicas. Para eles, a influência da religião não se limitava à esfera espiritual, mas desempenhava um papel fundamental na legitimação das estruturas de poder e na consolidação do pensamento autoritário. Maria Lacerda de Moura destoava um pouco das outras referências analisadas, dando ênfase a essa questão e defendia que

[...] ainda é a Igreja Romana, mesmo na alma protestante, é o ódio cristão ao judeu, mas também, e ainda mais o ódio à ciência, o ódio à heresia que, através das investigações da ciência pura, estabelece princípios, e descobre leis naturais - contra os dogmas absurdos da infalibilidade, contra a prepotência da força bruta e contra o despotismo da violência religiosa ou política do “crê ou morre”. (Moura 2012, p. 13)

Diversos anarquistas alertavam que as instituições clericais não eram completamente autônomas, destacando o papel da dominação econômica. Para eles, “a Igreja afirma e propaga entre as massas populares os princípios que mais convêm ao capitalismo” (*A Lanterna* 23 nov. 1933, p. 1). Destacando a confluência das esferas de dominação, o periódico *A Plebe* defendia que “o capitalismo internacional, as religiões de

todo o mundo e o militarismo de todas as nações se deram e se dão as mãos, unem-se em um só bloco para a realização da obra infernal de sufocar todos os princípios de pensamento.” (A *Plebe* 13 mai. 1933, p. 1).

Ainda no campo ideológico, os anarquistas trouxeram uma contribuição relevante ao destacar o papel da vigilância e a forma como o totalitarismo se infiltra em diversas esferas da vida. Essa perspectiva, que mais tarde encontraria ressonância em hipóteses da filosofia e da psicologia, antecipava debates sobre o controle social e os mecanismos de dominação que sustentam regimes autoritários. Para Margareth Rago, a análise do anarquismo

[...] incide sobre a dimensão microscópica da dominação, desvendando a positividade do poder, que constitui as individualidades, normatiza os gestos e adentra os corpos, a partir de imposições normativas cotidianas. Segundo ela [Fabbri], “o domínio inteiro, absoluto, totalitário da vida, através da OVRA, Milícia, Tribunal Especial e da imprensa, rádio, ensino, sindicato obrigatório, ‘opera nazionale Balilla’, a ‘Juventude Italiana del Littorio’, o ‘Dopolavoro’, [...] que controlam os diferentes minutos da vida de todas as categorias de pessoas. É um domínio político que chegou a atar o camponês à terra, o profissional à sua profissão e à sua cidade, o operário à sua indústria, no maior ensaio de militarização da vida que se realizou na história”. (Rago 2012, p. 59)

A análise anarquista também perpassa a questão de gênero e do trabalho reprodutivo, mostrando como nos países de governo fascista, a mulher era relegada ao trabalho doméstico e para a reprodução. Para Maria Lacerda de Moura, “que papel deprimente e criminoso o da mulher, a serviço dessa inconsciência bestial” (Moura 2021, p. 110).

Outro tema recorrente era a crítica ao papel das esquerdas nesse processo, destacando suas crises e limitações tanto na contenção do capitalismo quanto na prevenção do avanço do fascismo. A dificuldade em oferecer uma alternativa sólida e revolucionária ao sistema vigente era apontada como um dos fatores que permitiram a ascensão das forças autoritárias. Analisando a ascensão do nazismo na Alemanha, o periódico *A Plebe*, em 1933, defendia que “os partidos da esquerda mostraram uma incapacidade, uma impotência, uma insipiência assombrosa. Construíram uma constituição democrática no papel, que aqui é inútil discutir, mas conservam o capitalismo” (*A Plebe*, 10 jun. 1933, p. 2). O *La Protesta*, por sua vez, criticou o autoritarismo e o fortalecimento do Estado no governo de Stálin afirmando que “este não é o único fator para ter gerado o fascismo, mas um dos seus principais” (*La Protesta*, set. 1935, p. 2).

Para os anarquistas, a incapacidade da esquerda de promover uma ruptura efetiva com o capitalismo e a democracia burguesa, aliada ao recuo em espaços de organização popular em favor da disputa por hegemonia política, tornava diversos setores da própria esquerda parte do problema na ascensão do fascismo. Além disso, os libertários denunciavam como os fascistas se apropriaram da energia revolucionária, assim como de símbolos e métodos populares, para direcioná-los a seus objetivos conservadores e reacionários (Fabbri 2019, p. 11).

Nesse viés, os anarquistas defendiam as lutas sociais contra o capitalismo como uma forma de progresso, enquanto viam o fascismo como uma reação opressora e

regressiva a essas transformações sociais. Eles defendiam que “enquanto o pensamento humano avança para a liberdade, as forças reacionárias do passado formam novas algemas” (*A Plebe*, 09 jun. 1934, p. 1). Dessa forma, “fascismo, nazismo, integralismo, três palavras e uma só essência: a violência organizada e endeusada, a truculência sistematizada, a brutalidade inimiga do progresso, da civilização, da ciência” (*A Plebe*, 12 agos. 1933, p. 1).

Para contrapor o fascismo, os libertários continuavam suas defesas políticas e ideológicas, visando a autogestão em vários níveis. Esses esforços se davam tanto na base, junto aos bairros operários, quanto em articulações estratégicas com outras correntes revolucionárias ou socialistas, sendo divulgadas em sua imprensa. Um dos principais objetivos era a revitalização do projeto do sindicalismo revolucionário: uma organização voltada à luta econômica, com base na ação direta que pudesse unir trabalhadores de diferentes ofícios, culturas e orientações ideológicas. Nesse período, suas organizações regionais estavam tentando construir a Associação Continental Americana dos Trabalhadores (ACAT), fundada em 1929. Até 1939, também havia esforços para apoiar o processo revolucionário e resistir aos golpes na Espanha. Além das notícias divulgadas pelos periódicos libertários e das formas de organização desse processo servirem como inspiração, diversos militantes se engajaram diretamente no conflito. Nesse contexto, surgiram iniciativas como o Comité Anarquista de Defensa y Ayuda a la C.N.T - F.A.I, criado pelo jornal *La Protesta* (*La Protesta*, jun. 1939, p. 2).

Paralelamente ao trabalho sindical e econômico, desenvolvia-se também –ainda que de forma minoritária – um projeto político voltado à unificação de tendências e grupos especificamente anarquistas. O militante José Oiticica, ao escrever no periódico *A Plebe* cita o “grande camarada Nestor Makhno” que alertou para a “necessidade de criar uma organização poderosa, capaz de levar [...] todas as forças anarquistas e organizarem um movimento de conjunto, coerente e consciente do fim a atingir”, que era o exemplo para a proposta de uma “Federação Anarquista Brasileira” (*A Plebe*, São Paulo, 17 dez. 1932, p. 3). Na Argentina, esse processo teve respaldo na Federación Anarco Comunista Argentina (FACA), depois nomeada Federación Libertaria Argentina (FLA) (Rugai 2012, p. 110).

Outra atuação anarquista ainda foi sua associação, mesmo com críticas e ressalvas com diversas organizações, periódicos e frentes antifascistas. No Brasil, os militantes e redatores libertários declaravam seu apoio a essas ações conjuntas, mas sublinharam que os libertários “se abstiveram-se de entrar para essa Frente Única, cômicos de que, mesmo fora, poderão, sem compromissos partidários, e tendenciais, contribuir com suas forças morais e materiais” (*A Plebe*, 1 de jul. 1933, p. 4).

No mesmo período, importante iniciativa dos libertários foi a criação de centros sociais e culturais, além de ateneus, que promoviam palestras, festividades, bibliotecas e eventos voltados à disseminação dos ideais socialistas, libertários e antifascistas. O objetivo era travar um embate no campo ideológico e cultural, articulando-se com outros grupos. Na Argentina e no Uruguai, diversos espaços foram estabelecidos. Um

exemplo disso foi o Centro de Estudios Sociales del Paso del Molino, em Montevideu, que organizou, em 30 de abril de 1930, uma noite especial no Teatro Apolo del Cerro para arrecadar fundos em benefício do Comité pro Prensa, além de marcar a véspera do Dia do Trabalhador (Porrini 2013, p. 362). Esse evento foi seguido por muitas outras iniciativas ao longo da década. No Brasil, um espaço particularmente significativo para a atuação dos libertários nesse período foi o Centro de Cultura Social. Esse local não apenas promovia palestras e formações, mas também servia como ponto de encontro para debates políticos, fomentando diálogos com outras correntes ideológicas na construção do antifascismo (Silva 2005, p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise transnacional (Margarucci 2020) das obras e periódicos anarquistas na Argentina, Brasil e Uruguai diante do avanço do fascismo, foi possível identificar aspectos fundamentais das ideias e da propaganda libertária no período. Destaca-se, nesse contexto, o papel crucial da imprensa anarquista e de intelectuais e militantes como “mediadores culturais” (Gomes & Hansen 2016), conectando o movimento operário local a uma rede mais ampla, tanto internacionalmente quanto dentro da tradição anarquista. Como observa Mike Savage (2004), esses mediadores são indivíduos capazes de transitar entre diferentes escalas espaciais, desempenhando um papel central na articulação de formas de mobilização política.

Como destaca Ricardo Pasolini,

[...] sobre este punto en particular, algunas investigaciones recientes que vinculan la relación entre experiencias de exiliados judío-italianos y republicanos españoles, dan cuenta de cómo, en las tierras de acogida, un diálogo profundo se desarrolló desde la periferia atlántica, activando una red espacial amplia de relaciones personales e institucionales que fue desde Buenos Aires hasta México y Estados Unidos, posibilitando un proceso de hibridación intelectual que no siempre implicó una adaptación marginal de nociones políticas generadas en ambientes centrales de circulación de ideas, sino que alcanzó también aspectos creativos, originales y propositivos (Pasolini 2021, p. 25).

Assim, apesar de severamente enfraquecido pela ascensão de forças políticas concorrentes e pela intensa repressão nos países analisados, o anarquismo conseguiu reafirmar sua ideologia de forma sincrônica, ainda que ajustada às especificidades de cada realidade local. Essa reafirmação passou pela crítica às diferentes formas de dominação –econômica, política e ideológica – e pela incorporação dessas análises à interpretação da conjuntura.

O fascismo, por sua vez, era compreendido pelos anarquistas como resultado da confluência de interesses das burguesias em escala global, articulados a uma atmosfera nacionalista e patriótica instrumentalizada. Em muitos casos, essa instrumentalização ocorria por meio de grupos que, embora se apresentassem como antissistêmicos, acabavam por constituir novas burocracias políticas, alinhadas, ainda que de

forma distinta, aos interesses da classe dominante. No campo ideológico e cultural, a análise anarquista destacava tanto os agentes responsáveis pela consolidação do fascismo –como a Igreja Católica, historicamente ligada às estruturas econômicas e políticas– quanto os mecanismos de controle e as consequências dessa dominação sobre a sociedade. Essa forma de poder se manifestava em múltiplas esferas, incluindo a escola, a imprensa, o mundo do trabalho (inclusive o trabalho reprodutivo) e a vida cotidiana como um todo.

Para enfrentar essas formas de dominação, os anarquistas defendiam a autogestão e a construção de alternativas socialistas em diferentes níveis. No campo econômico, promoviam o sindicalismo revolucionário; no âmbito político, apostaram na organização anarquista e na difusão da propaganda libertária; e, no plano social, fomentaram a criação de espaços autônomos e redes antifascistas nos bairros operários. O objetivo não era apenas combater as lideranças fascistas, mas também fortalecer uma base popular e consolidar uma cultura antifascista libertária, integrada a um projeto mais amplo de transformação social.

Assim, este artigo se insere nos debates da história global e transnacional do trabalho e das esquerdas. Longe de ser mero receptor das discussões oriundas da Europa, o movimento sul-americano também atuou como articulador ativo de redes internacionalistas e transnacionais na conformação da classe trabalhadora e de suas expressões políticas. Ao longo do texto, destacamos especialmente as correntes frequentemente marginalizadas, como o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, bem como seus instrumentos comunicacionais e a agência de mulheres, compreendidos aqui como dimensões fundamentais para a análise dos antifascismos, de suas concepções ideológicas às estratégias históricas mobilizadas ao longo do século xx.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- A *Plebe*, São Paulo, 1933-1935. Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp (Brasil).
- ALDRIGHI, C., 1996. *Antifascismo italiano en Montevideo: el diálogo político entre Luigi Fabbri y Carlo Rosselli*. Montevideo : Universidad de la República.
- ALDRIGHI, C., 1997. Luigi Fabbri en Uruguay, 1929-1935. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n° 12, pp. 389-422.
- AZEVEDO, R., 2002. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- BATALHA, C., 2023. Anarchism and Syndicalism in Brazil. En VAN DER LINDEN, M. (ed.), *The Cambridge History of Socialism: Volume I*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 534-552.
- BERTONHA, J., 2012. Anarquistas italianos nas Américas: a luta contra o fascismo entre o velho e o Novo Mundo (1922-1945). *História Social*, v. 22-23, pp. 269-292.
- BERTONHA, J., 2023. *O antifascismo italiano no Brasil: a comunidade italiana e a oposição ao regime de Mussolini, 1919-1945*. São Paulo: Lutas Anticapital.
- BORDAGARAY, M., 2012. Anarchism and the Student Movement in Argentina (1935 - 1950). *CS*, n ° 9, pp. 309-332.

- CERUSO, D., 2018. Las corrientes de izquierda y la militancia fabril en la Argentina de entreguerras. En H. CAMARERO & M. MANGIANTINI (ed.), *El movimiento obrero y las izquierdas en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Contracorriente, pp. 171-195.
- COPSEY, N., 2021. Radical diasporic anti-fascism in the 1920s: Italian anarchists in the English-speaking world. En K. BRASKÉN, N. COPSEY & D. FEATHERSTONE (eds.), *Anti-Fascism in a Global Perspective Transnational Networks, Exile Communities, and Radical Internationalism*. London: Routledge, pp. 23-42.
- CORRÊA, F., 2012. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo.
- CUNHA, E., 2019. A cada uno según sus fuerzas: a circulação de impressos anarquistas na formação do movimento operário em Buenos Aires (1890-1905). *Extraprensa*, v. 12, pp. 234- 255.
- FABBRI, L., 2019. *Fascismo: definição e história*. São Paulo : Tenda dos Livros.
- FERREIRA, F., 2020. *A contrarrevolução produtiva: refluxo e estabilização do conflito social em Buenos Aires, 1924-1930*. Tese (doutorado em História), Universidade de São Paulo : São Paulo.
- FRESU, G., 2019. Gramsci e o fascismo. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, vol. 4, n° 4, pp. 9-20.
- GUÉRIN, D., 2021. *Fascismo e grande capital*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- GOMES, A & HANSEN, P. (eds.), 2016. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HIRSCH, S. & VAN DER WALT, L (eds.), 2010. *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden: Brill.
- La Protesta, Buenos Aires, 1927-1936; 1937-1946. CeDInCI- Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (Argentina).
- MARGARUCCI, I., 2020. Repensando el anarquismo en América Latina. ¿Del nacionalismo metodológico a un giro transnacional incompleto? *Prohistoria*, n° 34, pp. 251-282.
- MENDES, S., 2018. “Transmitir, transformar e transgredir” como prática anarquista. En A. Moura, *A Mulher é uma degenerada*. São Paulo: Tenda dos Livros, pp. 9-16.
- MOURA, M., 2021. *Clero e Fascismo - Horda de Embrutecedores!* São Paulo: Centro de Cultura Social.
- MOURA, M., 2012. *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*. São Paulo: Barricada Libertária.
- OLIVEIRA, A., 2013. Intelectuais antifascistas no Cone Sul: experiências associativas no cruzamento entre a cultura e a política (1933-1939). *Projeto História*, n° 4-7, pp. 53-83.
- PACHUKANIS, E., 2020. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo.
- PASOLINI, R., 2012. Lecturas desde el exilio: Luce Fabbri y la interpretación del totalitarismo europeo. *Revista de Historia y Geografía*, n° 45, pp. 21-45.
- PASOLINI, R., 2013. *Los marxistas liberales: antifascismo y cultura comunista en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Sudamericana.
- PINTO, A, & MARTINHO, F, (e ds.), 2016. *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- PORRINI, R., 2013. Anarquistas en Montevideo: ideas y prácticas en torno al “tiempo libre” de los trabajadores (1920-1950). *História: Debates e Tendências*, v. 13, n° 2, pp. 357-371.
- PORRINI, R., 2018. Izquierdas internacionales y organizaciones de trabajadores en Uruguay (1870 - 1973). En H. CAMARERO & M. MANGIANTINI (ed.), *El movimiento obrero y las izquierdas en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Contracorriente, pp. 93-118.
- RAGO, M., 2012. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. *Verve*, v. 21, pp. 54-78.
- ROCHA, B., 2014. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática*. Brasil: Novas edições acadêmicas.
- RUGAI, R., 2012. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da F.A.U*. São Paulo: Ascaso.
- SAMIS, A., 2019. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Intermezzo Editorial\ Entremares.
- SAVAGE, M., 2004. Classe e História do Trabalho. En C. BATALHA, F. SILVA Y A. FORTES (eds). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. São Paulo: Editora da Unicamp, pp. 25-49.

- SILVA, R., 2005. *Imprimindo a Resistência: A imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas : São Paulo.
- Studi Sociali*, Montevideo-Buenos Aires, 1930-1945. Biblioteca Nacional de Uruguay.
- TOLEDO, E., 2004. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. São Paulo: Editora da Unicamp.